Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Loanda, (da Câmara Municipal de Loanda), da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e cinco. Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano em curso reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Loanda os Vereadores: Evandro Castanheira Loacerda – Presidente, Eduardo Luis Marani – Vice-Presidente, Álvaro Eustáquio Pedrosa – 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho – Tesoureiro, Hélio Haddad, Edson Alves de Moura, João Batista de Rezende, Daniel Costa, Ennio Mendes de Siqueira, Sebastião dos Santos Vieira, Antônio Marcos Rossato, Sebastião Carlos Torres e João Caetano. O Vereador Luiz Augusto de Paula Lima não compareceu à reunião. O Presidente abriu a sessão dando as boas vindas aos convidados daquela noite: Dr. Paulo Henrique Celani, Dr. Marcelo Gadkem, Dr. Ricardo Gama de Oliveira, Dr. Halton Ribeiro, Dr. Gilson Borges de Figueiredo e

o Dr. Edson Costa da Silva, Secretário Municipal da Saúde. Depois, participou aos presentes que havia convocado aquela reunião a pedido a Comissão Permanente de Saúde e Bem Estar Social, composta pelos Vereadores Emmio Mendes de Siqueira, Hélio Haddad e Sebastião dos Santos Sirva, para melhor discussão do Projeto de Lei nº 018/95 (Autoria do Chefe do Executivo) "Referenda e reitera o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Caxias, o Hospital Laz Monteiro de Assistência a Infância e à Maternidade e a Santa Casa de Misericórdia de Caxias". Disse que concederia primeiro o uso da palavra aos médicos, representando cada hospital, em seguida aos Vereadores e, ao final, deixaria para as discussões. Assim, concedeu o uso da palavra ao Dr. Edson Costa da Silva, que em seu pronunciamento disse que o Hospital Laz Monteiro e a Santa Casa de Misericórdia fizeram um levantamento sobre os gastos que estavam tendo com o funcionamento do Pronto Socorro e apresentaram à Prefeita e a ele, como Secretário Municipal de Saúde. Os dois apresentaram uma despesa no valor de R$30.000,00 e a Prefeita ficou de estudar o repasse que daria aos hospitais e ele tinha a autorização para repassar R$15.000,00, pelo Conselho Municipal de Saúde. Houve outra reunião e a Prefeita disse que poderia repassar somente R$15.000,00, e os outros R$15.000,00, do Conselho. Sendo assim, cada hospital receberia R$15.000,00. O Hospital Laz Monteiro se posicionou contra aquela divisão e abriria mão do serviço se a Santa Casa o quisesse. A Santa Casa ficou de estudar se poderia. Explicou que havia uma deliberação do Conselho Federal de Medicina onde estavam estabelecidos os requisitos para a aprovação

do funcionamento do serviço de Pronto Socorro em um hospital. Depois, foi procurado no Hospital Paulo Menicucci pelo Dr. Marcelo e pelo Dr. Aloísio que queriam saber se haveria outro meio para ajudar a Santa Casa. Ele lhes disse que o que poderia ser oferecido para o hospital era o plantão de um clínico e de um pediatra, pagos pela Prefeitura e que a produção deveria ser revertida ao Fundo Municipal de Saúde. No dia 03 de maio foi convocada uma assembléia do Conselho Municipal de Saúde para discussão sobre o funcionamento do Pronto Socorro. Esclareceu que o Conselho Municipal de Saúde era o órgão deliberativo das ações de saúde do Município e o Gestor do SUS era o executor do que o Conselho deliberava. A reunião do Conselho foi aberta e todos os presentes tomaram conhecimento que o Fundo Municipal de Saúde dispunha de R$30.000,00 e encaminhou para o Conselho Municipal de Saúde o repasse dos recursos. O Conselho, soberano para decidir, achou pertinente a proposta da Santa Casa e que deveria fazer o repasse para aquele hospital. Ao final, quis fazer outras colocações. Disse que em outra reunião da Câmara falou que seria danoso para a população o atendimento de Pronto Socorro em um só hospital. Como Secretária M. Saúde há três anos não pensava daquela maneira. Com o PS funcionando em dois hospitais, um atendia mais que o outro. Disse que era muito difícil o funcionamento do PS com as exigências feitas pelo Conselho Federal de Medicina e faltavam profissionais. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Dr. Gilson Borges de Figueiredo, Diretor da Santa Casa de Misericórdia. Disse que a Santa Casa vinha lutando para manter o papel de hospital comunitário, valorizando o paciente

do SUS como cidadão, embora os recursos fossem pou-cos e as dificuldades muitas. O Hospital recebia um número grande de pacientes e, ao longo do tempo, foi criando uma estrutura pesada, contando tam-bém com o pouco sendimento a nível de SUS. Quan-do receberam a proposta para o funcionamento do PS em um só hospital analisaram e viram que a Santa Casa poderia aceitar, porque contava com ins-talações adequadas, equipamentos suficientes, leitos e pessoal especializado. Depois, usou da palavra o Dr. Marcelo Cadkem, também pela Santa Casa. Disse que a Santa Casa, mesmo contando com os repasses para o funcionamento do PS, ainda precisava completar com R$8.000,00. O Ponto Socorro vinha funcionando muito bem e contava com um clínico, um pediatra, um orto-pedista (sempre de plantão), um cirurgião e um anestesista. Depois, pediu ao Dr. Edson que providenciasse mesmo o ambulatório, o que diminuiria o número de casos de urgência no PS e corrigiria o sistema. Finalmente, disse que a Santa Casa também se interessou pelo Convênio, digo; que a Santa Casa só se interessaria pelo convênio se fosse dada condição digna de trabalho para os médicos. Com a palavra, o Dr. Sebastião dos Santos Vieira, falando pelo Hospital Raz Monteiro, disse que achava válida aquela reunião e que deveria ter sido feita antes da apresentação do Projeto de Lei à Câmara. Deixou claro que em momento algum foi contra o funcionamento do PS na Santa Casa. Lamentou o fato de não ter a Comissão Permanente de Saúde da Câmara, da qual fazia parte, sido procu-rada para discutir sobre o problema e que sempre se colocou que só havia uma solução: ou a Santa Casa

ficava com o Pronto Socorro e o mesmo seria municipalizado. Achava que seria importante ouvir outras propostas, melhorando para os Hospitais e para o povo. Explicou que o Hospital Faz Monteiro também estava preparado para o funcionamento do PS, tendo inaugurado naquela semana o CTI e o Pronto Atendimento. Disse a direção daquele hospital ficou magoada com a decisão que foi tomada porque a impressão que ficou foi que durante a fase de transição não houve diálogo. No início, o Hospital Faz Monteiro e a Santa Casa propuseram para o funcionamento do PS e a resposta que tiveram era, digo, propuseram R$30.000,00 para o funcionamento do PS e a resposta que tiveram foi que o repasse máximo seria de R$30.000,00, para dividir para os dois. A princípio, disse que os dois receberam a mesma proposta, mas depois alguma coisa aconteceu que viabilizou a ida do PS para a Santa Casa. Via que quando algo era ruim, dividia-se e quando era bom, viável e tinha tudo para correr bem, aí ruma em um só sentido. Disse que o Hospital Faz Monteiro enfrentou um problema sério porque enquanto o PS lá funcionou gerou prejuízos porque o hospital internava sem AIHs, uma vez que o número delas foi reduzido para 133. Para não ficar pressionado, o hospital assumia as despesas e internava aqueles pacientes. Disse que a nova proposta, que foi feita à Santa Casa, deveria ter sido feita para todos os hospitais. Finalmente, disse que havia outras possibilidades para o funcionamento daquele serviço, como o PS rotativo, e que o Hospital Faz Monteiro tinha condições de assumir sozinho também o PS e o que faltava, voltou a insistir, era um bom relacionamento entre as partes e um apoio mútuo. A palavra foi passada ao Dr. Ri-

cardo Gama de Oliveira, representando o corpo clínico do Hospital Vaz Monteiro, disse que o Hospital Vaz Monteiro e a Santa Casa estavam achando insuficientes as verbas que recebiam para o funcionamento do Pronto Socorro, mediante a planilha de custos que elaboraram. Reuniram pela Prefeita e pelo Secretário M. Saúde e estes propuseram repassar R$15.000 para cada um ou R$30.000,00 para um só. Os dois continuaram achando insuficientes as verbas. Depois, houve a oferta para a Santa Casa de que seriam cedidos pela Prefeitura 1 clínico e 1 pediatra e uma verba de R$10.000,00 além daqueles R$30.000,00 que foram oferecidos anteriormente. Finalmente, disse que o Hospital Vaz Monteiro se interessava pela volta do Pronto Socorro, desde que em igualdade de condições com a Santa Casa. A palavra foi dada ao Dr. Helton Ribeiro, em nome da Maternidade Orlando Haddad, que disse ter participado da reunião do Conselho Municipal de Saúde e adiantou que a Maternidade não pretendia albergar o Pronto Socorro porque era um hospital particular e não tinha condições. Disse que a Maternidade continuava internando pacientes com ETEs porque as AIHs não eram suficientes e era grande o prejuízo. Acreditava que a evolução do Pronto Socorro para municipal não se resumiria apenas para atendimentos de casos de urgência, seria uma central de internações, que seriam distribuídas aos hospitais que se dispusessem a atender, e um atendimento de especialidades, como ambulatórios, fisioterapia, odontologia, psicologia, etc., futuramente. Finalmente, disse que contribuiria ajudando nas discussões. A palavra foi passada, então, ao Dr. Paulo Henrique Celani, Diretor do Hospital do Coração

ção. Disse que teve a experiência de funcionamento do Pronto Socorro no Hospital do Coração por três anos e meio, quando foi um sucesso, apesar das pressões e de pessoas negativistas. Antes tinham um grupo médico para atendimento ambulatorial, quando era feita triagem dos pacientes. Mantinham por doze horas diárias um pediatra, um clínico, um cirurgião e dois médicos de plantão. A Prefeitura pagava os médicos e o Hospital recebia através do procedimento de ETEs. O Pronto Socorro dispunha de 2 ambulâncias e de serviço à população pelo telefone 192. Disse que no final do governo anterior o hospital começou a sofrer pressões (mostrou documentos que comprovavam). Houve redução de AIHs, atraso nos pagamentos e corte nos atendimentos externos. Acharam melhor deixar o funcionamento do PS antes que a situação piorasse. O Hospital do Coração ficou com 235 AIHs retidas e até aquela data arcava com o prejuízo de seiscentos mil reais. Disse que as AIHs não davam lucro para hospital, enquanto o SUS vinha dando aproximadamente 45% de prejuízo para os hospitais. Finalmente, disse que houve desrespeito e só continuar atendendo à comunidade porque olhou para o lado humanitário e não para o de empresário. O Hospital do Coração estava disposto a aceitar novamente o Pronto Socorro, mas desde que fosse tratado nas mesmas condições igualitárias com os outros hospitais, e que não houvesse limite de AIHs. Era grande o custo para o funcionamento de um PS, mas tudo deveria ser melhorado para benefício da comunidade.
O Presidente passou a palavra aos Vereadores.
O Vereador Sebastião Carlos Torres parabenizou os Pa

Paulo Henrique Belarmino se os pacientes atendidos realizavam exames como a ultrassonografia e a tomografia pelo SUS. O Dr. Paulo Henrique Belarmino respondeu-lhe que há quatro anos vinha tentando o credenciamento do Hospital do Coração para aquela finalidade. Enviou ofício ao Superintendente da Saúde em outubro de 1991 e não houve resposta. Enviou também ofício ao Chefe de Coordenação de Controle e Avaliação em Baurus, em julho de 1992. Em 1993 que recebeu a resposta do Superintendente, mas ficou feio porque a Santa Casa já estava credenciada. Disse que fazia "boca pequena" porque não havia interesse que o Hospital do Coração realizasse aqueles exames. Disse que chegou até a conversar por telefone com o Secretário M. Saúde colocando o Hospital do Coração à disposição. O Secretário o interrompeu, dizendo que havia prioridade para entrar no Sistema e a hierarquia tinha de ser seguida. As consultas eram glosadas pela SUS. O Vereador Edmar de Lauris Marani quis saber se o que foi decido na reunião do Conselho Municipal de Saúde foi aceito pelo Hospital Faz Monteiro. O Dr Ricardo, com a palavra, respondeu que o Hospital aceitou a decisão, mas não havia tomado conhecimento antes da contraposta feita à Santa Casa. O Dr. Edson pediu a palavra e disse que o PS era para atendimento de casos de urgência emergência e o Conselho Municipal de Saúde em primeiro e último era o foro que deliberava sobre questões de saúde. Havia tempo para se ver o serviço na Santa Casa e achava inviável o funcionamento do PS um mês

selho para que o funcionamento do PS fosse na Santa Casa por 03 (três) meses e achava que a Câmara Municipal deveria levar em conta aquela decisão, porque devido a premência do assunto não se poderia esperar. Daria tempo de analisar e apresentar propostas enquanto o PS funcionasse na Santa Casa. O Vereador Sebastião Carlos Torres pediu a palavra e disse que embora as questões de saúde pertencessem ao Conselho Municipal de Saúde, como foi dito pelo Secretário M. Saúde, era o Município quem repassava os recursos, com a autorização da Câmara Municipal, por isso achava que a Comissão Permanente de Saúde, da Câmara, deveria participar das decisões do Conselho. O Secretário, com a palavra, disse que a Câmara já havia aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para aquele exercício e a Prefeitura podia repassar os recursos, cabendo ao Conselho decidir onde aplicá-los. Disse que achava salutar aquela discussão, mas o premente atendimento não podia esperar. O Vereador Eduardo Louis Nasami perguntou até que ponto haveria o interesse em dividir o funcionamento entre os Hospitais. O Dr. Paulo Henrique Celani disse que o funcionamento do PS em três hospitais garantia ao paciente uma livre escolha. O Dr. Gilson B. Figueiredo disse que a Santa Casa se achava filantrópica e capaz de absorver o funcionamento do PS, assumindo o compromisso de arcar com o prejuízo; o hospital tinha condições de educar profissionais à disposição da comunidade. O Dr. Ricardo Gonna de Oliveira disse que o Hospital Luz Monteiro não queria pegar o PS para ter prejuízo, mas que oferecessem as mesmas condições que foram oferecidas à Santa Casa. O Vereador Nilson

Teodoro de Carvalho perguntou ao Secretário M. Saúde se na reunião do Conselho M. Saúde foi discutido tudo aquilo que estava sendo discutido nesta reunião e se todos os Hospitais estavam lá representados. O Secretário respondeu-lhe que na reunião do Conselho foi colocada a proposta inicial de que seriam repassados R$15.000,00 (quinze mil reais) para cada Hospital, Santa Casa e Zoé Monteiro. O Conselho poderia repassar R$15.000,00 e a Prefeitura R$15.000,00. Depois, foi votada a proposta para que o funcionamento ficasse com a Santa Casa, uma vez que o Hospital Zoé Monteiro não se interessou pela proposta de receber os R$15.000,00. A proposta foi aprovada por unanimidade e estava feito, informalmente, o contrato com a Santa Casa. Disse que a Prefeita quis que o convênio passasse pela Câmara, o que não procurou porque era um convênio entre o Conselho Municipal de Saúde e a Santa Casa, digo, era um convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e a Santa Casa, já autorizado por lei. Depois, esclareceu que toda urgência e emergência, fosse internação ou não, seria autorizada por, digo, se autorizada por médico do controle e avaliação, seria paga. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que então seria indiferente se a Câmara aprovasse ou não o Projeto de lei. Finalmente, disse concordava com o que foi dito pelo Dr. Paulo Henrique Lelami e não entendia o porquê do não funcionamento do PS no Hospital do Coração, onde sempre pôde observar o bom atendimento prestado aos pacientes. O Dr. Hélio Haddad solicitou ao Secretário M. Saúde que participasse a Comissão Permanente de Saúde, da Câmara, das reuniões do Conselho Municipal de Saúde. O Vereador João

Batista de Rezende perguntou ao Secretário M. Saúde porque o Hospital do Coração não foi procurado para participar do funcionamento do Pronto Socorro. O Secretário respondeu-lhe que os dois hospitais, Laz Monteiro e Santa Casa, onde funcionava o Pronto Socorro, que pediram um aumento dos recursos para que continuassem atendendo. Informou que teriam prioridade para o funcionamento do Pronto Socorro hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos. O Vereador perguntou ainda ao Secretário porque não foi feita a mesma contraproposta ao Laz Monteiro. O Secretário respondeu-lhe que aquela contraproposta nunca foi feita por ele, Prefeitura ou Conselho Municipal de Saúde. Como o Laz Monteiro "abertou" o Pronto Socorro, a Santa Casa estudou e levou a proposta de R$30.000,00 do Conselho Municipal de Saúde. A proposta de R$40.000,00 foi da Santa Casa. O Vereador disse que era a favor do bom atendimento ao povo e achava melhor a descentralização do serviço, porque seria dada liberdade de escolha ao paciente. O Dr. Paulo Henrique Belami pediu a palavra e disse que as AIHs eram cortadas todas as vezes que se verificava depois que a internação não era caso de urgência e emergência. Disse que não existia sistema, mas bom senso. O Secretário M. Saúde disse-lhe que o SUS impunha aos hospitais conveniados uma percentagem de leitos que deveriam ficar à sua disposição. Os hospitais privados tinham o poder de denunciar o contrato com o SUS, mas desde que um hospital entrava no Sistema tinha de atender às suas determinações, autorizar ou glosar atendimentos.

O Dr. Marcelo Gadbem pediu a palavra e explicou que o serviço de controle e avaliação das ações prestadas ao SUS seguia normas e técnicas de controle e avaliação e não existia qualquer envolvimento pessoal. O Dr. Paulo Henrique Belarmi disse que acreditava na existência de discriminação e tinha como prever. O Vereador Antônio Marcos Rossato perguntou ao Secretário M. Saúde se o Pronto Socorro continuaria funcionando na Santa Casa se o Projeto de lei não fosse aprovado pela Câmara. O Secretário respondeu-lhe que nada impedia o convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e a Santa Casa. Disse que o Projeto estipulava o prazo de três meses para o funcionamento do PS na Santa Casa e, durante aquele tempo, outras idéias poderiam ser amadurecidas. O atendimento já estava sendo prestado. O Vereador disse que não via então o porquê da necessidade da aprovação do Projeto pela Câmara. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que o Projeto envolvia edificação e tinha de passar pela Câmara e chamou a atenção para o parágrafo único do artigo 2º, onde achava que cabia emendas. O Vereador Antônio Marcos Rossato quis saber se algum médico do Hospital de Caridade fazia parte do Conselho Municipal de Saúde. Com a palavra, o Dr. Hadton Ribeiro disse que a Maternidade Dr. Orlando, o Hospital de Caridade e o Hospital Raz Monteiro fizeram uma reunião para a escolha de um representante dos hospitais particulares no Conselho e ele foi eleito, tendo como suplente o Dr. Marco Antônio Zica. O Vereador Edson Alves de Abreu, ao seu tempo, disse que era a favor

nor do que fosse melhor para o povo, independentemente de onde funcionasse o serviço. Era o favor que o Projeto fosse aprovado o mais breve possível. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o objetivo daquela reunião era o de trazer esclarecimentos e amadurecer idéias e que toda possibilidade de melhoria poderia ser dada ao hospital com Pronto Socorro. O Vereador Lafayette Luiz Moreira de Andrada disse que, em síntese, eram aproximadamente 500 AIHs em torno de mais quarenta mil reais para o atendimento a 4500 pacientes, não entendia o porquê de estar tudo na Santa Casa, enquanto achava que poderia ser em mais de um hospital. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o Pronto Socorro era uma fonte de drenagem. O Vereador, digo, o Secretário M. Saúde disse que era alto o custo de um PS, porque requeria uma estrutura montada com recursos humanos. O Vereador Lafayette disse que foi boa a reunião porque elucidou a questão mas não teriam os Vereadores quem a resolveria. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença de todos e pela colaboração que deram contribuindo idéias. Disse que o interesse do povo de Lavras que deveria ser visto e a Câmara saberia decidir com eficiência sobre o Projeto de lei. Nada mais foi tratado a reunião.

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e cinco. Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano em curso reuniram-se na Sala de Reuniões da Câmara, diga-se, da Prefeitura Municipal de Lavras os Vereadores: Evandro Cartaxo Lacerda - Presidente, Eduardo Luis Narami - Vice-Presidente, Luiz Augusto de Paula Lima - 1º Secretário, Álvaro Eustáquio Pedrosa - 2º Secretário, Nilson Teodoro de Carvalho - Tesoureiro, Hélio Haddad, Edson Alves de Abreu, João Batista de Rezende, Lafayette Luiz Doorgal de Andrada, Daniel Costa, Ennio Mendes de Siqueira, Antônio Marcos Possato, Sebastião dos Santos Vieira, João Caetano Neto e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão, a ata anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: convite da 4ª Superintendência Regional de Ensino - Campo Belo; ofícios nºs 330/95 a 342/95, do Gabinete da Prefeita, fazendo informações; ofício nº 14.17.07/95, do Presidente do CODEMA, fazendo informação; ofício 225/95 do Delegado de Polícia da Comarca, fazendo solicitação. O Presidente participou aos Vereadores das presenças na Casa do Secretário M. Agricultura e Abaste-